



Lei nº 1.130/08.

ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO

PROJETO DE LEI Nº 22 DE 30 DE MAIO DE 2008.

APROVADO(A) NA SESSÃO Nº 1530
DE 03.06.08 POR UNANIMIDADE
VOTOS CONTRA _____
MESA DA C.M. P.A. 03.06.08
PRESIDENTE

AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E REPASSE FINANCEIRO ENTRE O MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PAULO AFONSO - APAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO AFONSO, Estado da Bahia, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio de Cooperação Técnica e Financeira com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PAULO AFONSO - APAE, visando à execução continuada de atividades sócio-educativas e pedagógicas que levem ao desenvolvimento psico-social das pessoas com deficiência, promovendo a educação em todos os seus aspectos, beneficiando diretamente crianças, adolescentes e adultos de ambos os sexos, com deficiência mental, auditiva, visual e múltipla, e indiretamente às suas famílias, nos termos da minuta anexa.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 30 de maio de 2008.

Raimundo Caires Rocha
RAIMUNDO CAIRES ROCHA
Prefeito Municipal

ATESTO O RECEBIMENTO PROT Nº 212
Em 02.06 de 2008
Valdira Ribeiro
Secretaria Administrativa



**ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO**

Paulo Afonso, 30 de maio de 2008.

MENSAGEM

*Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,*

Encaminho a essa Casa Legislativa, Projeto de Lei que autoriza o Município a firmar Convênio de Cooperação Técnica e Financeira com a APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PAULO AFONSO - BAHIA, visando à execução continuada de atividades sócio-educativas e pedagógicas que levem ao desenvolvimento psico-social das pessoas com deficiência, promovendo a educação em todos os seus aspectos, beneficiando diretamente crianças, adolescentes e adultos de ambos os sexos, com deficiência mental, auditiva, visual e múltipla, e indiretamente às suas famílias, nos termos da minuta anexa.

A solicitação é feita em vista das disposições da Lei Orgânica do Município de Paulo Afonso.

Sobreleva destacar a magnitude do objeto do convênio, que é do interesse mais elevado para o Município e a sociedade como um todo, haja vista contemplar, numa parceria entre APAE e Município, interesses de toda a comunidade, com o tratamento adequado dispensado a crianças, jovens e adultos portadores de alguma deficiência, promovendo acolhida e proteção social, além de prestar a adequada assistência educacional e pedagógica ao deficiente e à sua família, mostrando-se, por isso mesmo, de valor inestimável o presente Projeto, que não pode sofrer solução de continuidade, sob pena de ocorrer prejuízos graves e irreversíveis.

Solicito, ainda, que o projeto seja apreciado em caráter de urgência, dada a relevância do seu objeto e a necessidade de continuidade das ações, nos termos do art. 48 e §§, da Lei Orgânica do Município de Paulo Afonso.

Aproveito a oportunidade, para reiterar votos de estima e elevada consideração a todos que compõem essa Casa Legislativa.

Atenciosamente,


RAIMUNDO CAIRES ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA**

**CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
E REPASSE FINANCEIRO Nº xxx/2008
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3753/2008**

Termo de Convênio de Cooperação Técnica e Repasse Financeiro que, entre si celebram o MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PAULO AFONSO - APAE, para repasse de recurso financeiro específico do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, para os fins e na forma indicada.

O MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.217.327/0001-24, com sede à Apolônio Sales, n. 925, Paulo Afonso, neste ato representado por seu Prefeito, o **Sr. RAIMUNDO CAÍRES ROCHA**, brasileiro, casado, farmacêutico - bioquímico, residente a Rua Pernambuco nº 76 Acampamento CHESF, em Paulo Afonso, portador da C.I nº 0067769730 SSP/ BA e CPF nº 049.265.875.72, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº - - - de - - de - - - de 2008, doravante denominada **CONVENIENTE** e a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PAULO AFONSO – APAE**, denominada doravante **CONVENIADA**, inscrita no C.N.P.J sob número 13.452.867/0001-20, **ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – PORTARIA SNJ Nº 7 DE 12/05/2003**, localizada na Rua da Juventude, n. 06, Bairro Alves de Souza, Paulo Afonso – Bahia, neste ato representada por sua presidente a **Sra. RUTH CARVALHO DE SOUZA LIMA**, resolvem firmar o presente convênio conforme cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

O presente Convênio tem por objeto o repasse de recurso financeiro específico do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS para a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paulo Afonso / Bahia, visando promover ações de melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, que passará a fazer parte integrante deste convênio, independentemente de transição.

CLÁUSULA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES E COMPETÊNCIAS

Do Município:

- a) Transferir recursos financeiros previstos na Cláusula Terceira para execução do objeto, em conformidade com o Plano de Trabalho, disponibilidade financeira e as normas legais pertinentes;
- b) Realizar supervisão, avaliação e monitoramento dos serviços executados e coordenados pela APAE designando para tanto técnico da Coordenação responsável da Proteção Social Especial, que emitirá parecer técnico de acordo com o art. 6º, parágrafo 5º da Resolução nº. 86/03 do Egrégio Tribunal de Contas de Estado;
- c) Receber e analisar a prestação de contas, emitindo relatório técnico;
- d) Publicar o extrato deste convênio no D.O.E. em até 20 (vinte) dias após a assinatura;

Da Entidade:

- a) Aplicar os recursos financeiros previstos na Cláusula Terceira exclusivamente no cumprimento do objeto do presente instrumento, não podendo a APAE alterá-lo, sob pena de devolver a importância recebida;
- b) Contribuir com recursos financeiros, materiais e humanos, visando possibilitar a execução dos serviços previstos na Cláusula Primeira deste Convênio;
- c) Prestar contas da aplicação dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Terceira do presente instrumento, em conformidade com os dispositivos legais previstos na Resolução nº. 86/93, de 11/12/03, do Tribunal de Contas do Estado;
- d) Permitir livre acesso dos representantes credenciados do MUNICÍPIO e dos órgãos de auditoria do Estado da Bahia, a qualquer tempo e lugar, de todos os atos, fatos e documentos relacionados direta e indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria, fornecendo-lhes as informações que forem solicitadas sobre todos os aspectos da execução do objeto deste Convênio;
- e) Contratar serviços e compras para execução do objeto do convênio mediante procedimento licitatório ou do ato que declarar dispensa ou inexigibilidade do procedimento, demonstrando e justificando expressamente a opção utilizada, sob pena da responsabilidade pelos atos de gestão anti-econômica;
- f) Enviar prestação de contas parcial de cada parcela e final, em uma única via no prazo máximo de 30 dias, a contar do término da vigência do presente convênio;
- g) Restituir ao Concedente o valor transferido quando não for executado o objeto do convênio, quando não for apresentada a prestação de contas no prazo exigido ou quando os recursos forem utilizados em finalidade não estabelecida neste instrumento;

RM

- h) Executar o objeto pactuado em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado e com as normas gerais em vigência;
- i) Fazer constar na divulgação, através de quaisquer dos meios de comunicação, inclusive impressos, cartazes, painéis, faixas, etc., a seguinte expressão: este programa conta com o apoio da PMPA, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEDES.

CLÁUSULA TERCEIRA DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A APAE receberá o valor total de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) para atendimento de 220 crianças e adolescentes, consoante especificações contidas no Plano de Trabalho, cujas despesas com a execução deste convênio correrão à conta de recursos alocados no orçamento vigente do Município, vinculado à atividade 08.242.045.2.115 (Apoio as Ações de Atenção à Pessoa com Deficiência).

Unidade Gestora: 12 120 13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Projeto/Atividade: 08.242.045.2.115 – Apoio às Ações de Atenção à Pessoa com Deficiência

Elemento de Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros

CLÁUSULA QUARTA DA LIBERAÇÃO, DA MOVIMENTAÇÃO E DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos previstos na Cláusula Terceira serão liberados a APAE, em 07 (sete) parcelas, sendo a primeira paga a partir do mês de Junho corrente.

PARAGRAFO PRIMEIRO: A APAE se responsabiliza pelo cumprimento do objeto, meta e execução da ação, do presente Convênio, conforme proposta aprovada pelo MUNICÍPIO/SEDES, cabendo-lhe o gerenciamento dos recursos financeiros, indissociavelmente vinculados ao objeto deste Convênio.

PARAGRAFO SEGUNDO: Para movimentação dos recursos de que trata este Convênio a APAE deverá abrir **conta corrente específica** em instituição financeira oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os saldos do convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança ou fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública.

PARÁGRAFO QUARTO: As receitas financeiras auferidas na forma do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e



aplicadas, exclusivamente no objeto de sua finalidade, devendo constar demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

CLÁUSULA QUINTA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A APAE obriga-se a encaminhar à PMPA / Setor de Convênios, a Prestação de Contas Parcial, sendo que a liberação da segunda parcela ficará condicionada a prestação de contas da primeira, e a prestação de contas final deve ser feita em única via, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o término da vigência estabelecida no presente convênio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O processo de Prestação de Contas deverá conter obrigatoriamente os seguintes documentos:

- a) ofício de encaminhamento
- b) cópia do Convênio e do Plano de Trabalho
- c) extrato da conta bancária constando o crédito da parcela recebida, cheques emitidos e conciliação do saldo bancário
- d) relação de pagamento, constando o credor, número do cheque emitido ou da ordem bancária, valor e natureza da despesa
- e) demonstrativo de execução da Receita e Despesa
- f) cópia dos contratos de prestação de serviços com terceiros, quando for o caso
- g) relatório de Execução Físico Financeiro
- h) comprovantes das despesas realizadas
- i) comprovante de Recolhimento de saldo não aplicado
- j) cópia do resultado da licitação ou do ato que declarar a contratação direta por dispensa ou inexigibilidade daquele procedimento

PARÁGRAFO SEGUNDO: As despesas serão comprovadas mediante documentos fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios serem emitidos em nome do Conveniente e devidamente identificados com o número deste convênio.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O conveniente deverá apresentar cópia das notas fiscais das despesas realizadas acompanhada da nota fiscal por meio eletrônico quando se tratar de documento de mercadoria em que seja exigida a emissão de nota fiscal modelo 1 ou 1-A.

PARÁGRAFO QUARTO: A prestação de contas de que trata esta CLÁUSULA não exige a APAE, de comprovar a aplicação dos recursos ao tribunal de Contas do Estado e outros órgãos de controle interno e externo do estado, nos termos da legislação específica vigente.

CLÁUSULA SEXTA

Ren

DA ALTERAÇÃO E DA DENÚNCIA

Salvo em relação ao seu objeto e finalidade, o presente Convênio poderá ser aditado através de instrumento juridicamente adequado à natureza da alteração, podendo também ser denunciado mediante notificação escrita com antecedência de até 30 (trinta) dias, por conveniência de qualquer dos Convenientes.

CLÁUSULA SÉTIMA DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido de comum acordo entre as partes ou unilateralmente, ficando os Convenientes responsáveis pelas obrigações pactuadas e beneficiando-se das vantagens somente em relação ao tempo em que participaram do Convênio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Constituem motivos para a rescisão do presente instrumento o descumprimento de quaisquer das cláusulas pactuadas e, particularmente, a constatação pelo MUNICIPIO das seguintes situações:

- a) aplicação dos recursos em desacordo com o estabelecido na Cláusula primeira deste instrumento
- b) cobrança aos usuários de quaisquer valores pelo atendimento realizado
- c) falta de apresentação da Prestação de Contas Parcial

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em ocorrendo a rescisão, qualquer que seja a razão, de iniciativa ou não do MUNICIPIO a APAE deverá apresentar prestação de contas dos recursos efetivamente utilizados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, devolvendo aos cofres públicos o saldo existente na data da rescisão, obedecendo as normas do tribunal de Contas do Estado, que disciplinam a matéria.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O descumprimento de qualquer de suas cláusulas ou condições previstas no presente convênio além de poder acarretar a sua rescisão, implicará na responsabilidade, neste caso, a parte inadimplente, dos danos ou prejuízos que por ventura causar.

CLÁUSULA OITAVA DA DIVULGAÇÃO

Em toda as ações de marketing institucional ou promocional relacionados com o objeto do presente Convênio será obrigatoriamente destacada a participação do Município de Paulo Afonso, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEDES

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA



O presente Convênio terá vigência de 01.06.08 até 31.12.08, podendo ser alterado, respeitando-se o quanto disposto na Cláusula Sexta Convencional, e/ou prorrogado mediante Termo Auditivo, desde que solicitado e perfeitamente justificado dentro do seu prazo de validade

CLÁUSULA DÉCIMA DO FORO

Fica eleito o foro da Cidade de Paulo Afonso, do Estado da Bahia, para dirimir quaisquer questões oriundas deste instrumento, renunciando os Convenientes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com as condições aqui estabelecidas, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para que produza seus legais efeitos, perante as testemunhas abaixo que também o subscrevem.

Paulo Afonso, XX de Junho de 2008.

Pelo Município:


RAIMUNDO CAIRES ROCHA
Prefeito Municipal de Paulo Afonso

Pela APAE:

RUTH CARVALHO DE SOUZA LIMA
Presidente da Entidade

TESTEMUNHAS

NOME: _____ CPF: _____

NOME: _____ CPF: _____